

Dívidas com precatórios representam 21% do orçamento da região

George Garcia

De cada R\$ 10 arrecadados pelos municípios para custear a máquina pública com saúde, educação, obras públicas e investimentos, R\$ 2 vão para o pagamento de precatórios, dívidas judiciais contraídas com pessoas físicas ou empresas. A gestão destes pagamentos segue ordem cronológica definida pelo Judiciário, limitada a até 4,5% do orçamento municipal. Essa dívida cresce ainda mais se considerados os precatórios alimentares, aqueles decorrentes de ações trabalhistas.

A lentidão dos pagamentos afeta diretamente credores, no caso de dívidas trabalhistas há casos de precatórios que estão relacionados a autarquias extintas, algumas há mais de uma década.

O percentual médio de 20% da dívida não alimentar sobre os orçamentos municipais varia de 2,8%, o menor endividamento verificado em São Bernardo, até 65%, caso de Santo André, porém a Prefeitura andreense confessa uma dívida bem menor do que os R\$ 3,7 bilhões informados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo o Paço, a dívida é de R\$ 1.382.658.218,72.

“O número divulgado pelo Tribunal de Justiça inclui precatórios que estão suspensos por alguma condição judicial, como é o caso dos precatórios da Sabesp que fazem parte de acordo. Já o valor que informamos corresponde apenas aos precatórios exigíveis. Os outros estão suspensos e não podem ser pagos neste momento. Esses precatórios suspensos não são considerados para o cálculo efetivo da dívida”, justifica o município.

Em Santo André, segundo calcula a Prefeitura, os precatórios correspondem a 35,62% do orçamento do ano passado. Se considerado o orçamento para este ano, essa dívida corresponde a 24,44%, ainda assim o maior percentual da região. Considerando esse valor de dívida informado pela prefeitura o percentual de endividamento da região com essas dívidas judiciais cairia pela metade; 10,6%.

O segundo menor comprometimento do orçamento em relação aos precatórios não alimentares está em Diadema, de 4,4%. Segundo o TJSP, a prefeitura deve R\$ 132 milhões para um orçamento de R\$ 3 bilhões. A prefeitura diz que a dívida atualizada hoje, incluindo também os precatórios alimentares, é de R\$ 156,4 milhões.

São Caetano fica em terceiro com menor endividamento por precatórios; 7,1% do orçamento atual. A cidade não informou seus números. O TJSP aponta dívidas de R\$ 194 milhões, para um orçamento de R\$ 2,7 bilhões. Depois dela aparecem Ribeirão Pires, com 8,3%; Rio Grande da Serra, com 11,3%, e Mauá com 17,9%.

Dívidas das prefeituras do ABC com precatórios

Cidades	Dívida com precatórios não alimentares TJSP	Precatórios segundo as prefeituras (inclui alimentares)	Orçamento do município para 2026	% dos precatórios informados pelo TJSP no orçamento 2026
Diadema	R\$ 132.177.172,10	R\$ 156.400.000,00	R\$ 3.034.092.100,00	4,4%
Mauá	R\$ 395.591.949,32	***	R\$ 2.205.184.000,00	17,9%
Ribeirão Pires	R\$ 50.466.904,69	***	R\$ 607.974.000,00	8,3%
Rio Gde. da Serra	R\$ 21.203.643,74	***	R\$ 187.674.485,28	11,3%
Santo André	R\$ 3.701.827.832,67	R\$ 1.382.658.218,72	R\$ 5.657.062.000,00	65,4%**
São Bernardo	R\$ 155.044.593,58	R\$ 208.912.589,49	R\$ 7.586.033.000,00	2,8%
São Caetano	R\$ 194.822.773,69	***	R\$ 2.740.000.000,00	7,1%
ABC	R\$ 4.651.134.869,79	***	R\$ 22.018.019.585,28	21,1%

Fonte: TJSP e prefeituras - ** S. André informa valores inferiores aos do TJSP, segundo seu cálculo a percentual é de 35,62% do orçamento - *** não informado

Negociação

As prefeituras criam mecanismos de negociação com os credores. A gestão municipal de São Bernardo informa que em 2028 criou a Câmara de Conciliação para negociar recebimento de dívidas de munícipes para com a cidade, e no ano passado criou uma unidade nesta câmara para analisar pedidos de transações relacionadas aos precatórios conforme diretrizes da Justiça comum e da Justiça trabalhista. Segundo o município, esse modelo ainda precisa de alinhamento com o Judiciário.

Santo André tem um ambiente próprio para a negociação. “O município conta com a Câmara de Conciliação de Precatórios, responsável pela condução de procedimentos de acordos diretos. Periodicamente são publicados editais que permitem aos credores interessados celebrar acordos mediante deságio sobre o valor atualizado do crédito, possibilitando a antecipação do pagamento e contribuindo para a redução do estoque de precatórios”, explica nota enviada pela Prefeitura.

De acordo com a emenda constitucional, 136 os municípios devem reservar de 1% a 4,5% da Receita Corrente Líquida para o pagamento de precatórios. A previsão orçamentária em Diadema é de 1%. A cidade soma R\$ 156,4 milhões – posição fixada em 30 de abril de 2026. Deste montante, aproximadamente R\$ 37,2 milhões correspondem a precatórios de natureza alimentar, que correspondem a 6,8% da receita municipal. O paço diademense não tem um programa de negociação com os credores. “O município realiza os repasses conforme os critérios e percentuais definidos pela legislação vigente, sendo que, para o exercício de 2026, foi estabelecida a alíquota de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), em conformidade com a Emenda Constitucional nº 136”, diz nota do município.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3843967/dividas-com-precatorios-representam-21-do-orcamento-da-regiao/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: São Caetano